
TU ENSINAS-ME FANTASIA, EU PROCURO REALIDADE *

Raúl Iturra **

1. A questão

«Dantes, era o meu pai que me vinha buscar à escola e o John ia buscar o Chris», dizia a pequena Camila de 7 anos aos seus colegas de escola no fim de um dia de aulas. «Hoje, é o John com a minha mãe que nos vêm buscar, ao Chris e a mim, enquanto que a mãe do Chris vai esperar o filho do Robert, e o meu pai vive no meio dos seus livros. Ninguém percebe este mundo». E saiu para a rua imaginando que ia ver o pai, esse pai criado num lar onde as crianças eram acompanhadas pela mãe, enquanto o marido trabalhava até as seis da tarde. Crianças que tinham nascido em lares onde, desde que fossem disciplinados e amigos dos adultos, eram pelo menos tolerados. Crianças diferentes daquela outra cuja mãe, no século XVII, a teve mesmo em pé, enquanto vendia peixe na praça, e a lançou à água que corria para limpar o lixo das vendas, tendo sido criada por animais, como o mito – o silêncio –, explica que se faz o que não é permitido. Rousseau, que assumia publicamente os filhos que tinha com as suas mulheres, depositava-os depois na casa de expostos da República de Genebra no século XVIII, justificando o facto no sagrado livro de educação, *Emílio* (1762). Mozart, o pequeno Wolfgang de 6 anos, levado a Paris pela sua mãe para ser exibido, no desespero de não ver as suas ruas, amigos e pai, escreve «Salve tu, Domine», essa variação para piano N. 6, K. 398, que é, até hoje, uma canção de embalar. Também o pequeno Paulo do infantário da aldeia portuguesa de Vila Ruiva que, em 1993, não conseguia ficar dentro do edifício, porque gostava de ver os seus irmãos mais velhos e os seus primos, que andavam no primeiro e no segundo ano, no edifício contíguo da escola local. Esse Paulo que, com o pai sem trabalho e a mãe doméstica, ia entre os

* Revisão da versão portuguesa por Irene Cortesão Costa.

** Departamento de Antropologia Social, ISCTE.

irmãos lavados e perfumados ao baile do Domingo à noite, na aldeia vizinha de Abrunhosa; esse filho de uma casa feliz pela comunicação de sentimentos entre todos eles, e que a vizinha de famílias nucleares desprezava por não terem trabalho e por não serem bem comportados. Isto porque o que se espera de cada casa é a persistência da disciplina, a permanência no lar, a subordinação ao imaginário do que nunca é mas que se aspira que seja: como dizem os textos da catequese, os textos da escola, a lei do casamento, a sabedoria das comadres e dos compadres, toda a casa tem de ter adultos que trabalham, mães que nunca ficam fatigadas, pais que voltam cedo e dão a sua sabedoria aos mais novos, silêncio das crianças. Nunca pode acontecer como com o pequeno Gil que, porque pouco vê os seus pais, quando está com eles tudo faz para ser ouvido com respeito e amor.

2. A diferença

Não é apenas a mudança de século que torna diferente a relação entre adultos e pequenos. Não é apenas a diferença entre uma e outra geração: uma geração que é educada na «ditadura» dos adultos que, impacientes, os aguentam. É também o processo de relacionamento entre os adultos actuais e as crianças que, em curto espaço de tempo, têm tudo a aprender. Permita-me o leitor lembrar que já Le Roy Ladurie (1975) refere que entre os cátaros do século XIII, a criança pertencia à mãe, enquanto os adultos eram do pai que os levava a trabalhar; permita-me o leitor lembrar também que Flandrin (1981) diz que o resultado dos amores camponeses é o adultério e o seu fruto. Permitam-me ainda lembrar que o mito – o silêncio – da nossa cultura diz muito claramente que há um menino exemplar que vive sujeito ao seu pai José que trabalha, e à sua mãe Maria que o cria e o leva a visitar os outros membros da família – a avó, a tia, o primo. Um menino que acompanha os pais aos rituais, exibindo tamanha sabedoria, que todos ficam calados a ouvi-lo, porque esse saber não pode ser humano, mas sim fruto duma vontade maior, divina; um pai sem sémem, uma mãe sem ovários, que a humanidade hoje em dia comemora em Março e Dezembro, como modelo ideal do agir doméstico. O que este ideal de humanidade, comandada por um ancião célebre e um conjunto de outros an-

ções publicamente castos, não se lembra é que a heterogeneidade das relações entre seres humanos, onde o amor é afecto e agressividade, nem se lembra que o mito foi criado para poder orientar a relação difícil que surge devido à coexistência de gerações diferentes sob o mesmo tecto, e que tem como resultado a falta de comunicação e o desrespeito. Estes factos devem ser considerados e aceites como verdadeiros, para que depois se possa desenvolver o amor que torna possível a comunicação quando o ciclo do grupo aproxima os conceitos. A realidade mostra que durante o desenvolvimento do ciclo doméstico, há uma diferença epistemológica: os adultos, já treinados na necessidade de acumular para o lucro de outros – proprietários, Estado, sábio, doutor, técnico –, nunca esquecem de fechar a luz nem de poupar um tostão; as crianças por seu turno só conseguem viver com a ideia de que o amor que têm pelos adultos é suficiente para que estes oiçam, entendam e estimulem. O grupo adulto vive da subordinação á lei que para ele criou a burguesia desde o século XVIII: uma lei organizada por um artifício chamado Estado, que comanda. E como o adulto tem mais elementos intelectuais para pensar, optar e concorrer, é do adulto que se cuida mais, colocando-o entre balizas normativas sociais. A maior entendimento, menor liberdade. A maior capacidade de autonomia, maior definição do que deve ser feito. Por isso é que toda a cultura tem dois grupos sociais.

3. Dois grupos

Não será importante salientar as duas hipóteses já muito debatidas desde o século XIX pelos sexólogos e pelos analistas, que Freud (1919) sintetiza tão bem em *Totem e Tabú*, que Malinowski (1929) de forma esclarecida trata em *A Vida Sexual dos Selvagens*, e que Weeks (1981) analisa tão documentalmente para os séculos XIX e XX em *Sex, Politics and Society*: uma, que toda a criança tem desejo sexual; outra, que toda a criança, seja qual for a idade da pessoa, vive no mundo do prazer. É esta verdade que leva Godelier (1982) a estudar como os meninos Baruya da Nova Guiné são fechados em casas de adultos, só entre homens, para aprenderem o fundamental da vida: o amor, o desejo, a guerra, o trabalho; e David Herdt (1984) a descrever a construção social da masculinidade por meio da prática conjuntural da homossexualidade, que virá

a ser o meio que mantém a hegemonia da reprodução humana na vida adulta em grupos onde o número de indivíduos é sempre periclitante. Se na Oceania, na África do Sul ou entre povos da América Latina é costume ensinar ritualmente o uso das inclinações naturais, entre nós houve sempre uma forte segregação entre os sexos até ao dia em que ritualmente se pode estabelecer uma relação afectiva porque já existem bases económicas para a sustentar, como Antoine de Montchrestienne (1616) tinha definido e Adam Smith (1776) tinha posto em prática; segregação que entre nós estimulou, até à época da Sida, a masturbação e a relação afectiva e sensual dentro do mesmo sexo, isto é, manipulação da sexualidade não reprodutiva caso não haja recursos para sustentar vidas. Os doutos autores do nosso direito canónico e os fundadores da doutrina, estimaram sempre que todo o impúbere é uma individualidade inocente, incapaz de entender para além do que seu pensamento estimava (Cánon 1905 e ss. Código Direito Canónico). Esta concepção de impúbere como um ser incapaz, definiu a sua existência sob a sujeição aos adultos que tinham responsabilidade sobre ele. Nada prova melhor este facto do que o sistema de tutorias e curadorias que a lei civil desenvolveu, imitando a romana, desde o século XIX. O liberalismo estimou a igualdade como uma realidade que existe na medida em que se nivelam as diferenças existentes naturalmente entre os seres humanos. A própria Lei do Pobres (1710 na Grã-Bretanha; outros países século XVIII) definiu a criança como incapaz de produzir, e é dessa forma que a priva da liberdade. A diferença está, no entanto, na concepção das hierarquias e na expansão dos conceitos existentes entre os pequenos, diferentes dos que possuem os adultos, como defendeu já Margaret Mead (1930).

4. A infância

A percepção do mundo, apesar de ser mediada pelo adulto, é própria. Um conjunto de meninos e meninas, que tenho estado a observar há mais de seis anos, começou um dia por tentar desenhar as ruas da sua aldeia e a sua própria casa. As ruas não existiam porque a pequenada costumava transitar pelas quintas e as traseiras das casa vizinhas. O centro da aldeia era seu próprio lar, tão grande, que depois de desenhado, nada mais cabia na folha de papel.

Quando reduzíamos o desenho a uma escala que permitiria colocar o resto da vizinhança, os outros ficavam reduzidos á casa dos avós, do padrinho ou madrinha, do amigo da bicicleta ou do detentor de pequenos carros. O conceito mais longíquo era o café onde ía o pai e vendiam rebuçados que gostavam de mastigar, ou o gelado que eventualmente, podiam comprar. De resto, o território era a amplidão dos campos onde se podia jogar berlindes ou ao pião, território composto por terras que facilitam o deslizar da pequena bola ou rachar o pião do companheiro de jogo. Entre a pequenada comandava quem melhor conhecia as maneiras de poder brincar sem que os adultos interferissem no que se estava a fazer, sem que tivessem conhecimento da realidade isolada que estava a ser criada entre estes impúberes. O guia de outros é líder, na medida em que saiba escapar ao ouvido e olhar dos «grandes» e, ao mesmo tempo, seja capaz de organizar actividades de risco das quais se possa sair sem perigo e sem dor. É chefe quem ganha e inventa melhor alternativa de entretenimento, e quem assegura que a forma definida de agir é respeitada. Seja no bairro, seja na aldeia, a comunicação entre a pequenada é de uma verbalidade rápida, vertiginosa e fluída, onde a razão é baseada no triunfo ou na derrota, no ganhar por saber superar as capacidades do outro. A relação entre crianças é claramente um assunto de lógica, onde os mandamentos que eles recebem dos adultos são invocados para poder vencer o outro. O grupo infantil não anda junto para brincar; a brincadeira e o jogo são o meio de materializar o exercício da lógica com que o pensamento se desenvolve. Eu diria que o mundo é constituído pela racionalidade de entender a actividade de um outro facto, de uma tecnologia, de uma relação, da capacidade que as coisas têm conforme a definição social do seu uso e utilidade. A infância estabelece hierarquias inter pares que explicam melhor o que desde pequeno se observa, se repete e se sabe. Os conceitos que existem constroem-se na experimentação da relação entre cada um deles, mediada pelos elementos materiais e os recursos lúdicos que cada um é capaz de mobilizar.

5. O corpo

Solicitei à equipa que eu orientava (enquanto se treinava na metodologia Tempos Livres ou T- groups), que dividisse o grupo de meninos e meninas em

pequenos grupos, e pedimos que desenhassem o corpo. Havia os que sabiam e havia os que imitando, foram aprendendo. Juntámos os que sabiam mais com aqueles que nada sabiam: designámos um líder por grupo. Distribuímos papel e lápis de cores, com os quais grupos desenharam um homem de cuecas (slips), enquanto iam trocando ideias e olhando o que os outros faziam. Os homens desenhados tinham o corpo com pêlos no peito, braços fortes e compridos e ombros largos, embora pernas curtas. O coração e o fígado foram desenhados a seguir a uma pergunta minha de se o corpo era só isso; acabados os interiores, perguntei ainda se as cuecas faziam parte do corpo. Silêncio, ainda. Até que uma rapariga mais velha disse «Não, há mais, mas é asneira». Os quarenta riram baixando a cabeça batendo-se entre si com os cotovelos. Depois de eu acrescentar que as asneiras podiam ser ditas, a rapariga disse que havia uma pila (pénis). Pedi, pois, que desenhassem, e rapidamente surgiram representações por cima da peça de vestuário chamada cueca – pénis maiores, pénis pequenos, pénis levantados, pénis em baixo. Através dos anos e dos grupos, tenho solicitado o mesmo e o mesmo tem acontecido. O saber não provinha do livro de biologia que não tem dito signo, nem tão pouco dos livros de leitura. Os de história têm imagens vestidas segundo a moda da época, e os de catequese exibem figuras revestidas de saias compridas. Digo signo porque a criançada pertence a uma cultura fálica, onde penetrar é o objectivo e metáfora. Os jogos infantis caracterizam-se por mostrar o pénis entre rapazes e fazer chichi ao pé das raparigas, as quais por sua vez, gostam de observar os homenzinhos que estão a manipular o seu pénis. É corrente ver o que se chama entre adultos apalpar os órgãos genitais do amigo e urinar em conjunto, bem como darem saltos um contra o corpo do outro, por trás ou pela frente, estando o agredido obrigado a zangar-se e bater. O corpo é também conhecido em casa, quando estas crianças dormem com os adultos, especialmente pais e avós, ou quando, em casas tão pequenas como algumas são, os adultos fazem amor sem reparar que os miúdos observam ou ouvem o ofegar dos peitos e o grito final de quem tem a sorte de um orgasmo. Por vezes, é uma cama para adultos e crianças, que crescem habituados às relações sexuais. Na vida social, não há outra função para o corpo para além de cuidá-lo e desenvolvê-lo para o trabalho. Donde, os ombros largos e braços compridos. Da mesma forma, o conjunto de brincadeiras que se vão dizendo com um duplo sentido, orientam

o comportamento do que fazer com a afectividade e o desejo. Essa fantasia adulta cria a castidade como ideal.

6. A saúde

Se bem que a sociedade seja fálica na relação afectiva e sexual, onde um pénis grande e comprido é o sonho de possuir, existe uma contradição na doença que o seu uso traz. Uma primeira doença é engravidar raparigas antes do casamento, o que obriga entre operários, camponeses e burguesia acomodada ou não, ao casamento. Esta sanção final faz da relação por prazer um risco enorme e do matrimónio um calvário inútil, como esteriótipo. Se é entre pessoas do mesmo sexo, a sida acorre ao pensamento e, ignorando-se alternativas de cura e não existindo ainda santo para pedir protecção, estes factos acabam por orientar os comportamentos e travar os desejos. A pequenada que ouve tudo isto, fabrica a sua própria realidade e, não havendo sémem entre eles, gravidez e epidemia ficam fora das suas observações, manipulações e experimentações nos corpos dos outros significam esfregar ou reproduzir o jogo do pai e mãe, ou médico e doente, ou a luta corpo a corpo entre rapazes. Quando a parte mais fraca da relação social quer salvar-se do confronto com pares e introduzir adultos no mundo das crianças, adoece. Uma mãe ou avó aparece rapidamente e o doente é o centro de atenções e tema de conversas entre adultos. O carinho, assunto ou valor raro entre os dois grupos, passa a ser um valor para se subordinar ao adulto e fugir de qualquer realidade da qual não se tira prazer. A autonomia ganha-se só quando há trabalho a fazer e as doenças ficam de fora. Mas a doença está sempre presente quando os adultos entendem que é mais fácil e simples lidar com a criança tomando conta da sua comodidade e conforto, isto é, protegendo o corpo será produtor de doenças culturais que subordinam sistematicamente. Espinhela caída, sol de inverno, frutas verdes, agitar-se, saber de más notícias, são problemas maiores que as doenças viríficas ou bacterianas. Nestas situações o grupo social constrói uma estrutura de apoio ou uma bruxa fica encarregue de gerir os males que possam surgir. Males que perduram até à vida adulta, embora o ideal seja uma saúde impecável. O real é a fantasia adulta que consegue subordinar e disciplinar a

pequenada que está perto deles. A saúde é arma da autoridade dos adultos à qual recorrem as crianças adoecendo.

7. O adulto

É a amarra de segurança das crianças. Depende para o quê e quando. O adulto vive no mundo da obrigação, de ter que dar resposta a tudo aquilo que a vida lhe vai apresentando. A individualidade e a autonomia, embora limitadas pelo Estado e pela lei, incorporam uma entidade que sabe gerir e que entende e avalia as alternativas. Optar é o problema que se apresenta a qualquer criança, porque não tem um objectivo de vida definido e, em consequência, não sabe identificar recursos para si. O adulto está na posse de um conhecimento que lhe permite saber o que será mais favorável à sua actividade. Na vida urbana, é clássico o facto de colocar todo e qualquer indivíduo habilitado no desempenho de um trabalho. Neste sentido, a lei do valor, eticamente definida – ter trabalho e ganhar um salário é bem visto, enquanto que a falta de emprego é uma demonstração de falta de habilidades e de capacidade –, orienta e estimula a sua acção, define os seus fins. Longe da capacidade de gerir saberes avaliados como maximizadores pelo ideal social de ser rico, definido já no século XIII no Ocidente, o adulto fica adstrito à sua própria forma de saber e de partilhar conhecimentos com o seu grupo. Assim, o adulto converte-se em exemplo para o grupo infantil que pode aferir o desempenho de cada um em labores semelhantes. A ideia de solidariedade começa a aparecer cedo, quando no grupo dos adultos há colaboração para trabalhos onde faz falta habilidade e força de trabalho. Os adultos, no entanto, sejam os actuais ou seus antepassados, não têm percebido que podem ser emulados, imitados na sua capacidade. A relação entre os dois grupos processa-se de tal forma, que não há uma explicação sobre o que fazer, do mesmo modo que uma ordem deve ser obedecida, quer se entenda ou não no seu conteúdo. É aí que os adultos avaliam a capacidade dos mais novos, porque estabelecem o que estes devem saber ao partilharem o mesmo mundo. Quando um adulto trabalha na fabricação de bens, faz-se acompanhar por uma criança que lhe sirva de assistente. Com palavras que ele percebe, manda trazer ou segurar um equipamento, ou executar uma

tarrafa. A ideia de causalidade ou de correlação entre antecedente e consequente não está presente e a explicação não surge, substituída pelo gesto e pela voz de comando. Assim como entre crianças há oralidade como lógica, entre adultos e entre os dois grupos há silêncios. O silêncio caracteriza a relação, que acaba por ser um quebra cabeças já que é sempre necessário adivinhar para que o castigo não venha recair, depois, sobre a criança. O adulto não entende que a falta de objectivos é um entrave à relação.

8. A escola

Não se trata de tempos Livres nem T-groups. É sim a instituição que foi criada para desnivelar as diferenças entre seres humanos, subordinando a ideia de igualdade à gestão do saber simbólico, quer dizer, à representação do real por intermédio do número e da letra. Sabemos que a escola foi criada pelos mercadores no século XIV para expandir a matemática e os instrumentos de troca e crédito que facilitariam o comércio e o acesso da população à moeda. É verdade que o liberalismo quis fazer dela uma instituição para criar cidadãos. O segredo está em saber que ser cidadão é possuir o conhecimento universal dos símbolos com os quais o real é representado. Já que a moeda é o meio de troca e comunicação, é necessário saber valorizá-la, contá-la, trocá-la, dizer quanto representa uma actividade e um bem. Da mesma forma sabemos que a leitura e a escrita, assim como a contabilidade, são a memória das pessoas, que substitui a lembrança decorada. Quem anota, não precisa lembrar, como diz Indiana Jones, porque seu saber está já no alfabeto e nos números. Por outro lado, pode-se ver esta instituição de unificação da identidade dum povo para ser Estado-Nação, como a fantasia do adulto para fazer do seu filho um habilitado. Nunca esqueço que num trabalho de campo, anterior ao último que fiz até 1993 como educador de infância, os pais dos estudantes dessa época diziam-me: «o senhor professor não vai descansar enquanto não fizer de todos os nossos filhos doutores». A fantasia do adulto está em poder fugir do trabalho corporal o mais possível e um professor universitário, que ouve, aponta e brinca com pequenos, é o esteriótipo do que um doutor é, diletante, que foge do calor e do trabalho duro onde o corpo é parte do instrumental com que se tra-

balha. Embora um recurso com ideias distraídas pelos jogos de azar, a bebida, o futebol, a televisão, a introspecção, o falar do trabalho permanentemente, comer, beber, fazer sexo, eventualmente amor, ganhar dinheiro. Um doutor facilmente treina a sua mente no mundo abstracto dentro do qual se movimenta a economia que governa a vida. O facto de ser indivíduo autónomo, capaz de amar-se a si próprio, e nessa medida receber o amor dos outros e amar alguém de forma especial, está fora do imaginário da população. Embora a escola se tenha planificado na política liberal como meio de aprender a gerir, a autonomia que é resultado dessa gestão não atinge as pessoas devido ao facto de estas não poderem dispôr de recursos para lucrar. É por isso que a fantasia do adulto acerca do que virão a ser as crianças no futuro, se esbate na facticidade de uma aprendizagem para o trabalho cuja base é o conhecimento acumulado no grupo doméstico, entendido pragmaticamente pela pequenada. É isso que é a realidade; a escola é fantasia.

9. Conclusão

Normalmente diz-se que as crianças vivem no mundo da fantasia, quer dizer, no irreal. Está-se talvez a confundir fantasia com prazer. A infância vive no mundo do prazer percebido como fantasia. Só tem o que o adulto fabrica nas histórias que inventa e cria para desenvolver a correlação de ideias nas crianças. A criança é pragmática e o que não entende, não faz; ou fá-lo por temor da punição, mas com imaginário. *Alice no País das Maravilhas* só podia ser escrita por um adulto que sabia jogar com o real e rir assim do poder e da autoridade, escudando-se, na Inglaterra do século XIX, na ideia cultural de que a criança é fantasiosa. A criança é investigadora, porque não conhece os dados suficientes para poder jogar alternativamente com eles. E o adulto, constrangido como está a sua liberdade e conhecimento, pelo objectivo social económico do qual é parte produtiva, que precisa inventar e reinventar. De tal maneira que apresenta às crianças uma rígida estrutura ideal de reprodução humana em família, uma genealogia com antepassados bem definidos, uma urgência de criar bens e manipular recursos. Quando há alternativas identificadas e se conhecem as opções, é que a fantasia pode jogar. O trabalho do

pequeno é passar do mundo inflexível onde vive, organizado pela autoridade, ao mundo flexível da maximização com as balizas impostas pela autoridade que o controla como recurso reprodutivo. Que a criança seja pragmática e faça a sua vontade, produz raiva no adulto que deve agir sempre conforme a hierarquia, o status e a diplomacia. É dentro desses parâmetros que reinventa o real, e que os comentários que anotei no começo do meu texto são produzidos. É como no dia em que a Paula chegou a casa, durante um trabalho de campo que realizei há bastantes anos, e foi directamente ler o catecismo. Nada perguntei, nem perguntei porque não ia brincar e ia ler. Mais tarde, saíu do seu silêncio causado pela surpresa e disse-me: «Hoje fui colocada de joelhos no pátio de pedras com os braços abertos por não saber quem era Jesus». Fiquei surpreendido e zangado e quis ir falar com a professora primária da dita aldeia. Paula proibiu-me porque se o pai ía, a professora seria extremamente delicada com tamanho senhor, a quem tratavam por Dom e, como ia ficar humilhada em frente de todos, vingar-se-ia nela depois; a solução para seu caso não era recorrer a mim, era aprender o texto. A realidade das suas palavras despertou-me, fez-me engolir a raiva e guardar a zanga, porque estava a ver que a vida era um jogo entre adultos que as crianças observam, calam, e sofrem ou aprendem ou, ainda, procuram refúgio na doença para despertar simpatia e evitar que a fantasia de saber faça o adulto escolher alternativas dolorosas para a infância. A pequenada cresceu e soube-o.

10. Nota Final

Este ensaio está escrito com base em vários trabalhos de campo feitos em países diferentes de Continentes diversos. Como adultos, nós, antropólogos não damos muita atenção às crianças que nos rodeiam. Nos anos 60, na América Latina e na Grã-Bretanha, comecei a interessar-me pelo seu comportamento. Nos anos 70 na Galiza centrei a minha atenção na infância das pessoas cuja conduta estudei e nas crianças da escola local. Nos anos 80 em Portugal fiz um trabalho de campo específico para a análise da aprendizagem para além da escola, centrado em crianças hoje já crescidas, e brinquei com elas enquanto tentava entender suas correlações e genealogias. Nos anos 90 fiz trabalho de

campo numa escola e, especificamente, num Jardim da Infância Estatal, onde fiz filmagens. Durante 6 anos, com uma equipa financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica de Portugal, JNICT, percorri várias aldeias e bairros do país, bem como trabalhei em escolas e com professores que me convidaram para as reuniões dos seus sindicatos. A equipa composta por Filipe Reis, Paulo Raposo e Nuno Porto e que habitou numa aldeia da Beira Alta, foi pioneira, e têm até hoje desenvolvido um estudo profundo do comportamento infantil. Berta Nunes foi companheira permanente desta experiência e Amélia Frazão, depois de estudar as crianças do Norte de Portugal, partiu para a Guiné-Bissau para entender o uso das plantas. Paula e Camila Iturra, andam desde bebés sobre os meus ombros e nos meus braços, observando comigo e a sua mãe, a conduta infantil; Paula, hoje psicóloga de crianças na Holanda, fez trabalho de campo sob a minha orientação no bairro mais pobre de Lisboa, para o seu doutoramento. Camila fez filmagens desde que começámos a usar o vídeo em 1991. Com Claire Smith, José e Gil, temo-nos centrado no pragmatismo das crianças, especialmente enquanto José passava da infância à adolescência como por um sonho, e Gil de bebé a criança que grita para ser ouvida. Sem a colaboração destes quatro, teria sido impossível sairmos da nossa hierarquia fantasiosa de adultos para entender a inflexibilidade das crianças. O meu companheiro pioneiro, Filipe Reis, meu colaborador, entende-os na medida que percebe as tolices de sua filha Sara, minha afilhada. É a sensibilidade da paternidade que permite ao antropólogo guardar viva a sua infância e entender as crianças.

Correspondência: Raúl Iturra, Departamento de Antropologia Social – ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1600 Lisboa

Bibliografia

- Catecismo da Igreja Católica* (1993) Gráfica de Coimbra.
- Código de Direito Canónico* (1983) Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa.
- FLANDRIN, J. L. (1981) *Le sexe et l'Occident. Evolution des attitudes et comportements*, Paris: Seuil.
- FREUD, S. (1918) (1919) *Totem and Tabbu. Resemblances between the Psychic lives of Savages and neurotics*, Londres: Routledge.
- GODELIER, M. (1988) *La production des grands hommes*, Paris: Fayard.
- HERDT, D. (org.) (1984) *Ritualized Homosexuality in Melanesia*, Londres: University of California Press.
- ITURRA, R. (1990) *A construção social do insucesso escolar*, Lisboa: Escher.
- ITURRA, R. (1992) *A religião como teoria da reprodução social*, Lisboa: Escher.
- LE ROY LADURIE, E. (1975) *Montaillou. Cátaros e católicos numa aldeia francesa 1294.1324*, Lisboa: Edições 70.
- MALINOWSKI, B. (1929) *The Sexual life of the savages in North Western Melanesia*, Londres: Routledge.
- MEAD, M. (1930) *Growing-up in New Guinea*, New York: William Morrow & Company.
- MONTCHRESTIENNE, A. (1616) (1889) *Traitée d'Economie Politique*, nova edição, Paris, s/d.
- MOZART, W. A. (1762), 1989 Variation N. 6-K 3987 «*Salve tu Domine*», Paris: Accord.
- ROUSSEAU, J. J., (1762) (1990) *Emílio*, Lisboa: Europa-América.
- SMITH, A., (1776) (1874) *The Wealth of Nations*, London: Routledge.
- WEEKS, J. (1981) *Sex, politics and society. The regulation of sexuality since 1800*, London: Longman.